

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir e responda às questões de 1 a 05.

O Mato

Veio o vento frio, e depois o temporal noturno, e depois da lenta chuva que passou toda a manhã caindo e ainda voltou algumas vezes durante o dia, a cidade entardeceu. Então o homem esqueceu o trabalho e as promissórias, esqueceu a condução e o telefone e o asfalto, e saiu andando lentamente por aquele morro coberto de um mato viçoso, perto de sua casa. O capim cheio de água molhava seu sapato e as pernas da calça; o mato escurecia sem vaga-lumes nem grilos. Pôs a mão no tronco de uma árvore pequena, sacudiu um pouco, e recebeu nos cabelos e na cara as gotas de água como se fosse uma bênção. Ali perto mesmo a cidade murmurava, estava com seus ruídos vespertinos, ranger de bondes, buzinar impaciente de carros, vozes indistintas; mas ele via apenas algumas árvores, um canto de mato, uma pedra escura. Ali perto, dentro de um casa fechada, um telefone batia, silenciava, batia outra vez, interminável, paciente, melancólico. Alguém, com certeza já sem esperança, insistia em querer falar com alguém. Por um instante, o homem voltou seu pensamento para a cidade e sua vida. Aquele telefone tocando em vão em um dos milhões de atos falhados da vida urbana. Pensou no desgaste nervoso dessa vida, nos desencontros, nas incertezas, no jogo de ambição e vaidades, na procura de amor e de importância, caça ao dinheiro e aos prazeres. Ainda bem que, de todas as grandes cidades do mundo, o Rio é a única a permitir a evasão fácil para o mar e a floresta. Ele estava ali num desses limites entre a cidade dos homens e a natureza pura; ainda pensava em seus problemas urbanos - mas um camaleão correu de súbito, um passarinho piou triste em algum ramo, e o homem ficou atento àquela humilde vida animal e também à vida silenciosa e úmida das árvores, e à pedra escura, com sua pele de musgo e seu misterioso coração mineral. E pouco a pouco ele foi sentindo uma paz naquele começo de escuridão, sentiu vontade de deitar e dormir entre a erva úmida, de se tornar um confuso ser vegetal, num grande sossego, farto de terra e água; ficaria verde, emitiria raízes e folhas, seu tronco escuro, grosso, seus ramos formariam copa densa, e ele seria, sem angústia nem amor, sem desejo nem frieza, forte, quieto, imóvel, feliz.

Rubem Braga

1 - O texto apresenta uma oposição básica. Assinale a alternativa que melhor aponta essa oposição.

- A) homem x natureza
- B) campo x cidade
- C) cidade x progresso
- D) natureza x urbanidade

2 - O barulho é um dos aspectos da vida urbana que mais incomodam o personagem. Assinale a alternativa que contém o outro barulho que incomoda o personagem.

- A) Carro.
- B) Telefone.
- C) Bonde.
- D) Rádio.

3 - Para o homem, a natureza adquire um caráter sagrado. Assinale a alternativa cuja expressão melhor demonstre esse fato.

- A) "... como se fosse uma benção."
- B) "...sentiu vontade de deitar e dormir entre a erva úmida..."
- C) "...saiu andando lentamente..."
- D) "Pôs a mão no tronco de uma árvore pequena..."

4 - O ser vegetal em que o homem se transformaria teria características humanas. Assinale a alternativa que demonstre essas características.

- A) "...ficaria verde, emitiria raízes e folhas..."
- B) "...tronco escuro, grosso..."
- C) "...um ser forte de terra e água..."
- D) "...forte, quieto, imóvel, feliz."

5 - "...a chuva passou toda a manhã caindo...". O verbo o verbo destacado passa a idéia de

- A) ação habitual.
- B) continuidade da ação.
- C) permissão para a ação.
- D) início da ação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1 - Sobre as sentenças, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Sentença é o ato do juiz que implica por termo a uma das fases do processo, decidindo ou não o mérito da causa.
- B) As sentenças e acórdãos serão proferidos, observando o disposto no CPC, as demais decisões serão fundamentadas, ainda que de modo conciso.
- C) A sentença que encerra o processo sem julgamento do mérito pode ser concisa, mas deve conter o suficiente à sua conformação como ato decisório final, como os nomes das partes, os fundamentos e o dispositivo.
- D) A sentença extra petita, que decide causa diferente da que foi posta em juízo, não é nula.

2 - Quanto aos prazos prescricionais e decadenciais previstos pelo Código de Defesa do Consumidor, é INCORRETO afirmar que:

- A) o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em sete dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- B) prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- C) o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- D) a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca, é uma das formas que obsta a decadência.

3 - De acordo com o CPC, se, em processo de execução de contrato inadimplido, ocorrer a penhora judicial de dinheiro depositado em conta bancária do executado, o juiz poderá cancelar o ato de penhora caso acolha o pedido de impenhorabilidade sob o argumento de que a quantia bloqueada

- A) pertence a terceiro.
- B) decorreu de venda de imóvel.
- C) corresponde a salário do executado e não ultrapassa cinquenta salários mínimos.
- D) estava vinculada ao pagamento de conta exclusivamente em débito automático.

4 - A respeito da petição inicial de ação civil, julgue os itens a seguir.

I - Ainda que, para atender os requisitos da petição inicial, o autor requeira uma diligência excessivamente onerosa, é vedado ao juiz indeferir a inicial sob esse fundamento.

II - Ao contrário da ausência da indicação dos fundamentos jurídicos do pedido, a falta de indicação dos fatos acarreta o indeferimento de plano da inicial.

III - Não lhe sendo possível obter o nome do réu, o autor poderá indicar as características físicas do demandado, o que, se viabilizar a citação deste, não será causa de indeferimento da inicial.

IV - Se a ação tiver por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, o autor deverá, sob pena de inépcia, discriminar na inicial, entre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.

Estão certos apenas os itens

A) I e II.

B) I e IV.

C) III e IV.

D) I, II e III.

5 - De acordo com o CPC, na ação em que houver pedido subsidiário, o valor da causa corresponderá

A) à soma dos valores dos pedidos principal e subsidiário.

B) ao pedido de maior valor, entre o principal e o subsidiário.

C) à média dos valores dos pedidos principal e subsidiário.

D) ao valor do pedido principal.

6 - De acordo com o Código de Defesa do Consumidor,

A) a inscrição de inadimplente pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito por, no máximo, três anos.

B) é desnecessária a comunicação ao consumidor da abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo.

C) os bancos de dados e cadastros relativos aos consumidores e os serviços de proteção ao crédito são considerados entidades de caráter privado.

D) cabe ao fornecedor a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.

7 - Renato, professor universitário, adquiriu um automóvel usado de seu vizinho, Adalberto, corretor de imóveis. Este lhe concedeu dois meses de garantia, iniciada a partir da entrega do bem. Entretanto, três dias depois de expirada a garantia, o veículo pifou na estrada, exigindo de Renato gastos com reboque e conserto.

Diante disso, é correto afirmar que:

A) Renato nada mais pode pretender em face de Adalberto, pois, tendo em vista a natureza da relação, a garantia contratual afasta a garantia legal;

B) para pretender a resolução do contrato ou o abatimento do preço, Renato deve provar que o defeito era preexistente ao término do prazo de garantia;

- C) ante a possibilidade de conserto do bem, não pode Renato resolver o contrato por falta do requisito da gravidade do vício, mas pode pleitear abatimento no preço pago;
- D) Renato somente pode pretender indenização dos gastos com reboque e conserto se comprovar que Adalberto agiu de má-fé, pois já sabia do defeito do veículo;

8 - Menor, com 16 anos de idade, intentou, perante o Juizado Especial Cível, ação indenizatória em que pleiteava a condenação do réu a lhe pagar verba indenizatória correspondente a trinta vezes o salário mínimo. Validamente citada, a parte ré, sem prejuízo das suas matérias defensivas de natureza meritória, suscitou, preliminarmente, a incompetência do foro e a irregularidade da representação processual do autor, que outorgara instrumento de mandato ao seu advogado sem que estivesse assistido por seu pai ou sua mãe.

Considerando que os vícios processuais arguidos efetivamente se configuraram, deve o juiz:

- A) determinar a intimação do autor para regularizar a representação processual e, após, declinar da competência em favor do juizado situado no foro competente;
- B) determinar a intimação do autor para manifestar renúncia ao valor que exceda o patamar de vinte vezes o salário mínimo, de modo a dispensar a presença de advogado;
- C) proferir sentença em que julgue extinto o feito sem resolução do mérito;
- D) designar audiência de conciliação, instrução e julgamento para a colheita da prova oral.

9 - Coexistem, em juízos cíveis de comarcas distintas, dois processos, ainda não sentenciados. Em um deles, o credor de uma obrigação contratual pleiteia a condenação do devedor a cumpri-la, ao passo que, no outro, o devedor persegue a declaração de nulidade do mesmo contrato.

Nesse cenário, é correto afirmar que os feitos:

- A) devem ser reunidos para julgamento conjunto pelo órgão judicial onde tiver ocorrido a primeira citação válida;
- B) devem ser reunidos para julgamento conjunto pelo órgão judicial onde tiver ocorrido a primeira distribuição;
- C) devem ser reunidos para julgamento conjunto pelo órgão judicial que tiver proferido o primeiro provimento liminar potivo;
- D) não devem ser reunidos, suspendendo-se o curso daquele que foi distribuído em segundo lugar, no aguardo do julgamento do primeiro.

10 - Rafael possui três notas promissórias vencidas, nas quais Víctor figura como devedor. Não obstante se tratar de dívidas distintas, o credor resolve demandar, em um único processo, a execução autônoma desses títulos em face do referido devedor, uma vez que consubstanciam obrigações certas, líquidas e exigíveis. Ao receber essa

inicial, percebendo que o juízo é competente para tais cobranças, e que todas buscam o mesmo tipo de obrigação, agirá corretamente o juiz se:

- A) determinar que o credor emende a inicial, indicando qual título pretende demandar, devendo os outros virem por via própria, uma vez que essa cumulação é inadmissível na execução;
- B) admitir a cumulação objetiva dessas execuções, pois, pelo princípio da economia processual, permite-se que o credor se utilize de um mesmo processo para execução desses títulos;
- C) inadmitir a inicial, uma vez que há necessidade de prévio processo de conhecimento para obter o necessário título executivo judicial, com o qual poderia posteriormente demandar a execução;
- D) intimar o devedor, para que manifeste sua concordância com a cumulação de execuções pretendida, sob pena do indeferimento da inicial, em caso de recusa do devedor.

11 - Romeu comprou uma churrasqueira inox com acendimento elétrico que incluía sistema de rotação automática e contínua dos espetos (modelo 150), conforme visto no mostruário. No dia seguinte, a mercadoria foi entregue e Romeu verificou se havia alguma avaria, testou o acendimento elétrico e guardou-a em seguida, uma vez que sua residência estava em obras. Quatro meses depois, realizou uma festa para inaugurar a casa reformada, momento em que atentou para o fato de que o produto foi entregue com configuração diferente (modelo 100), uma vez que não possuía o recurso de rotação automática dos espetos. Imediatamente, o consumidor entrou em contato com a loja, explicou o erro na entrega do produto e solicitou sua substituição ou o ressarcimento do valor pago, o que lhe foi negado. Romeu então propôs ação de obrigação de fazer. Nesse caso, à luz do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que se trata de:

- A) vício de qualidade do produto, tendo havido a decadência, que deve ser alegada pela parte que se beneficia, sob pena de preclusão, não podendo ser conhecida de ofício;
- B) fato do produto, sendo de três anos o prazo prescricional para exercer a pretensão em juízo com o objetivo de ressarcimento do valor pago ou de efetuação da troca do produto;
- C) vício oculto que somente ficou evidenciado para o consumidor quatro meses após a aquisição, iniciando-se daí a contagem do prazo decadencial;
- D) vício de qualidade do produto, e ocorreu decadência, uma vez que a reclamação junto à fornecedora foi feita quatro meses após a aquisição e o recebimento do produto.

12 - Sobre a formulação do pedido em Juizado Especial, é correto afirmar:

- A) Deverá ser sempre líquido, salvo quando não for possível, de logo, determinar sua extensão, caso em que a liquidação deverá ser feita no curso da instrução, haja vista ser expressamente vedada a prolação de sentença ilíquida.

- B) Poderão ser deduzidos pedidos alternativos ou cumulados, nessa última hipótese, desde que conexos, e a soma pode ultrapassar o limite de 40 salários mínimos.
- C) Será registrado o pedido e, independentemente de distribuição e autuação, a secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias, se autorizada pelo juiz togado.
- D) Será registrado o pedido e, independentemente de distribuição e autuação, a secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias, bastando seja autorizada pelo juiz leigo ou pelo conciliador.

13 - Sobre a sentença prolatada em Juizado, é incorreto afirmar:

- A) Dispensa relatório.
- B) Desafia embargos de declaração que suspenderão o prazo para recurso.
- C) Impugnada por recurso, pode ser confirmada pelos seus próprios fundamentos, servindo a súmula do julgamento de acórdão.
- D) Pode ser prolatada por juiz togado, juiz leigo ou conciliador.

14 - A audiência de instrução e julgamento pode:

- A) ser dirigida por juiz leigo, independente de supervisão do juiz togado.
- B) ser dirigida por conciliador, mediante supervisão do juiz togado.
- C) transcorrer com inspeção judicial em pessoas ou coisas, ou determinar o juiz que o faça pessoa de sua confiança, que lhe relatará informalmente o verificado.
- D) transcorrer com a inquirição de testemunhas que deverão ser trazidas pelas partes, não cabendo requerer sua intimação ao juízo em nome da celeridade processual.

15 - Quanto ao incidente de resolução de demandas repetitivas,

- A) pode tramitar, paralela e concorrentemente, com a afetação, perante tribunal superior, de recurso para definição de tese sobre questão material ou processual repetitiva.
- B) o órgão colegiado incumbido de julgá-lo fixará a tese e, para preservar o juiz natural, devolverá o julgamento do recurso, da remessa necessária ou do processo de competência originária para que se complete o julgamento perante o órgão de onde se originou o incidente.
- C) tanto que seja admitido, a suspensão dos processos pendentes em que se discuta a questão controvertida poderá ser determinada pelo relator ou eventualmente pelo tribunal superior competente para conhecer do recurso extraordinário ou especial.
- D) poderá ser instaurado quando houver risco de multiplicação de processos como decorrência de controvérsia sobre questão unicamente de direito, de que possa resultar prejuízo à isonomia e à segurança jurídica.

16 - No período de 2 (dois) meses, Luciana recebeu em sua residência, sem solicitação prévia, edições semanais de uma revista. No início do terceiro mês,

Luciana recebe boleto de cobrança de uma anuidade da revista e, em seguida, mantém contato com a editora e manifesta desinteresse no produto. A editora cancela o boleto de cobrança da anuidade e emite novo boleto referente às 8 (oito) edições recebidas por Luciana no período de 2 (dois) meses. Quanto a esse boleto, assinale a alternativa correta.

- A) Existe obrigação de pagamento, pois, embora Luciana não fosse obrigada a manifestar o desinteresse no prazo de 7 (sete) dias, haveria enriquecimento sem causa por parte dela em detrimento da editora.
- B) Inexiste obrigação de pagamento, pois as revistas recebidas são equiparadas a amostras grátis.
- C) Existe obrigação de pagamento, pois Luciana não manifestou o desinteresse no produto no prazo de 7 (sete) dias a contar do recebimento da primeira edição.
- D) Inexiste obrigação de pagamento uma vez que houve excesso de cobrança, já que a editora tem direito ao recebimento do valor correspondente a 7 (sete) edições da revista e que a primeira é equiparada a amostra grátis.

17 - Fala-se que uma ação é idêntica à outra quando tiver:

- A) fundamentos e pedidos de mesma natureza.
- B) a mesma natureza.
- C) o mesmo pedido e as mesmas partes.
- D) o mesmo pedido, as mesmas partes e mesma causa de pedir.

18 - No que concerne aos atos processuais, os atos do juiz que designam audiência de conciliação, que extinguem o processo sem resolução do mérito e que indeferem a produção de prova pericial são, respectivamente,

- A) decisões interlocutórias, despachos e sentenças.
- B) decisões interlocutórias, sentenças e despachos.
- C) despachos, decisões interlocutórias e sentenças.
- D) despachos, sentenças e decisões interlocutórias.

19 - A respeito da forma dos atos processuais, considere:

- I. A desistência da ação só produzirá efeito depois de homologada por sentença.
- II. Decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente.
- III. Os atos ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, dependem de despacho do juiz, não podendo ser praticados de ofício pelo servidor.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) I e III.

20 - Nas aquisições de produtos feitas fora do estabelecimento, pelo sistema de marketing direto, o consumidor

- A) só pode desistir do contrato se o produto apresentar vício de qualidade.
- B) pode desistir do contrato no prazo de 7 dias contados do recebimento do produto, com direito à devolução da quantia paga com juros e correção monetária, exclusive o frete.
- C) pode desistir do contrato a qualquer tempo, com direito à devolução da quantia paga.
- D) pode desistir do contrato no prazo de 7 dias contados do recebimento do produto, com direito à devolução da quantia paga com juros e correção monetária, inclusive frete.

21 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O pedido de pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.
- B) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.
- C) Na fraude contra credores há necessidade de ação para o seu reconhecimento, ao contrário do que ocorre na fraude de execução, em que o ato é ineficaz e não produz efeito em relação ao credor.
- D) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz não poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

22 - Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhe-ão contados em dobro os prazos

- A) para contestar, recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
- B) somente para contestar.
- C) somente para contestar e recorrer.
- D) para contestar e em quádruplo para recorrer.

23 - Compete ao juiz

- A) sentenciar ou despachar nos autos, salvo em caso de lacuna ou obscuridade da lei.
- B) decidir, como regra geral, por equidade os processos de sua competência.
- C) decidir a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.
- D) apreciar a prova de modo tarifado, hierarquizado, atendendo aos fatos e circunstâncias dos autos, desde que alegados pelas partes.

24 - À luz das disposições presentes no Código de Processo Civil e da jurisprudência consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça, acerca da gratuidade de justiça, é correto afirmar:

- A) Os efeitos da concessão de gratuidade da justiça estendem-se por diversos atos processuais, mas não alcançam a perícia, quando a responsabilidade pelo seu pagamento recair sobre o titular do benefício.
- B) O dever imposto ao beneficiário da justiça gratuita concernente ao pagamento de eventuais multas processuais fica afastado em virtude da concessão do benefício.
- C) Caso não tenha sido requerido pela parte, o benefício de gratuidade da justiça pode ser concedido de ofício pelo juiz.
- D) O direito à justiça gratuita é pessoal, de modo a não alcançar automaticamente litisconsorte ou sucessor do beneficiário.

25 - À luz do Código de Processo Civil, a respeito das atribuições do juiz no âmbito do processo civil brasileiro, é correto:

- A) Quando observar a existência de múltiplas demandas individuais repetitivas, o juiz poderá oficiar o Ministério Público e a Defensoria Pública para promover a propositura de ação coletiva.
- B) Caso esteja convencido de que ambas as partes utilizaram do processo para a prática de ato simulado, o juiz deverá aplicar as penalidades da litigância de má-fé e proferir decisão que obste o objetivo ilícito das partes.
- C) Eventual correção do valor da causa deve ser requerida por uma das partes, não sendo possível ao juiz proceder à correção de ofício.
- D) Em caso de morte do procurador do réu e não havendo a constituição de novo advogado em 15 dias, o juiz deve dar prosseguimento ao processo à revelia do réu.

26 - Sobre a reparação de danos, é correto afirmar que

- A) apenas a culpa concorrente da vítima é admitida como causa de redução da indenização pelo Código Civil, constituindo exceção ao princípio da reparação integral.
- B) se adota, segundo entendimento majoritário, a teoria do risco integral como fundamento da imputação de responsabilidade, independente de culpa em razão de atividade de risco (artigo 927, parágrafo único).
- C) todos os membros de um grupo, pela adoção da teoria da causalidade alternativa, podem ser responsabilizados, quando não seja possível determinar, dentre eles, quem deu causa à lesão.
- D) a responsabilidade pelo fato do animal é independente de culpa do seu dono ou detentor, não podendo ser afastada mesmo quando ausente o nexo de causalidade.

27 - Na vigência do Novo Código de Processo Civil, instituído pela Lei nº 13.105/2015, Antônio propõe ação em face de Ovídio, pedindo ordem para cumprimento de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais. Após a regular instrução do feito, passa-se à fase decisória. Nesse caso, quanto à sentença, assinale a alternativa correta.

A) Se, após contraditório prévio e efetivo, o juiz absolutamente competente fixar na sentença a liquidação por procedimento comum para os danos materiais, uma vez transitada em julgado a decisão, a forma de liquidação não poderá ser alterada, por estar protegida pela coisa julgada.

B) Após contraditório prévio e efetivo e uma vez transitada em julgado a decisão do juiz absolutamente competente, não será possível a Ovídio obter alterações no julgado calcadas em supostas modificações de fato ou de direito supervenientes, mesmo se a obrigação de fazer referir-se à relação jurídica de trato continuado.

C) Se, após contraditório prévio e efetivo, o juiz absolutamente competente fixar, na sentença, a técnica da multa diária para o cumprimento da obrigação de fazer, uma vez transitada em julgado a decisão, a técnica executiva não poderá ser alterada, por estar protegida pela coisa julgada.

D) Se, após contraditório prévio e efetivo, o juiz absolutamente competente decidir questão prejudicial de cuja solução dependa o mérito da causa, uma vez transitada em julgado a decisão, não será possível a Ovídio rediscutir tal questão em ação futura, por estar protegida pela coisa julgada.

28 - Considere as afirmações abaixo, com relação à proteção do consumidor.

I - A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.

II - Os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados, se o consumidor exercer o direito de arrependimento.

III - As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo não vinculam o fornecedor.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I.

(B) Apenas III.

(C) Apenas I e II.

(D) Apenas I e III.

29 - Opostos e acolhidos embargos de declaração, sua decisão será de natureza:

A) integrativa ao acórdão que lhe deu origem, sempre e somente esclarecendo pontos omissos, obscuros ou contraditórios e não podendo ter caráter infringente, próprio dos embargos de mesmo nome.

B) autônoma, desvinculada do acórdão original, para o fim de, em regra, esclarecer seus pontos obscuros, contraditórios e omissos e, excepcionalmente, podendo adquirir caráter infringente.

C) declaratória, incidental e infringente, podendo ainda esclarecer o acórdão em seus pontos duvidosos e omissos.

D) integrativa ao acórdão que lhe deu origem, como regra geral somente esclarecendo os pontos omissos, obscuros e contraditórios mas, excepcionalmente, podendo ter caráter infringente.

30 - Nos Juizados Especiais Cíveis:

A) não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro, assistência ou litisconsórcio.

B) nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, o foro competente será sempre, e exclusivamente, o do domicílio do réu ou do local do ato ou fato.

C) podem ser julgadas as causas cíveis de menor complexidade, entre elas as ações de despejo para uso próprio e as que não excedam a quarenta vezes o salário mínimo, inclusive as ações possessórias sobre bens imóveis, limitadas a esse valor.

D) não poderão propor ações quaisquer pessoas jurídicas, o incapaz, o preso, a massa falida e o insolvente civil.

PROVA DISSERTATIVA

Maria aforou ação em face de Banco “Tal” alegando que vem sendo descontado mensalmente em seu benefício de aposentadoria junto ao INSS um valor a título de Contrato de Cartão de Crédito Consignado que não desejou pactuar. Argumentou que procurou o referido banco para fazer apenas um Empréstimo Consignado, mas que invés deste, o banco lhe induziu a erro fazendo-lhe assinar contrato distinto. Pediu a declaração de nulidade do Contrato de Cartão de Crédito Consignado, com a devolução em dobro de todas as parcelas descontadas de seu benefício com os acréscimos legais. Requereu reparação por danos morais e ainda que o valor depositado em sua conta pelo banco lhe fosse destinado como brinde.

Regularmente citado, o banco ofereceu defesa em forma de contestação afirmando que Maria compareceu a uma de suas agências e embora inicialmente tivesse manifestado interesse em fazer um Empréstimo Consignado acabou cedendo a orientação de um de seus colaboradores e contratando um Empréstimo de Cartão Crédito Consignado e que, por isso o pacto celebrado está íntegro e deve ser cumprido. O banco juntou contrato, com toda documentação pessoal da parte autora. Insiste que o pacto entabulado entre as partes está perfeito e deve ser observado já que não há mácula ou vício capaz de levar a qualquer nulidade.

Em sede de impugnação Maria disse que sequer desbloqueou o cartão que o banco lhe enviou e que tentou devolver o dinheiro depositado em sua conta, mas devido a entraves burocrático não obteve êxito. Asseverou que o contrato juntado pelo banco sequer está assinado por ela e que, desde o início, seu interesse era realizar um empréstimo consignado.

As partes dispensaram outras provas e o feito seguiu para sentença.

Como Juiz(a) Leigo(a) elabore uma minuta de sentença.

O relatório está dispensado conforme dispõe art. 38 da Lei 9099/95.

O candidato deve iniciar a peça direto pela fundamentação e concluir com dispositivo.

